



ADA PELLEGRINI GRINOVER  
ANTONIO HERMAN BENJAMIN  
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER  
VINCENZO VIGORITI

Organizadores

# PROCESSO COLETIVO

DO SURGIMENTO À ATUALIDADE

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

STJ00098853

**PROCESSO COLETIVO**  
Do Surgimento à Atualidade

*Organizadores*

ADA PELLEGRINI GRINOVER  
ANTONIO HERMAN BENJAMIN  
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER  
VINCENZO VIGÓRITI



Este livro também pode ser  
adquirido na versão eBook.  
visite: [livrariart.com.br](http://livrariart.com.br)

© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

**Central de Relacionamento RT**

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [07-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [03.07.2014]



ISBN 978-85-203-5293-9

## Sumário

### Explicação necessária

ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	5
-------------------------------	---

### Apresentação

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER .....	9
-----------------------------------	---

### Prefazione

VINCENZO VIGORITI.....	11
------------------------	----

### I PARTE

#### Trabalhos publicados de 1961 a 2010

(In: *Doutrinas Essenciais*, vol. IX, Ed. RT)

#### 1. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados “interesses difusos”

JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	25
-----------------------------------	----

#### 2. A tutela jurisdicional dos interesses difusos

ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	39
-------------------------------	----

#### 3. Tutela jurisdicional dos interesses difusos: a legitimação para agir

KAZUO WATANABE .....	61
----------------------	----

#### 4. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos

JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA .....	71
-----------------------------------	----

**14** PROCESSO COLETIVO: DO SURGIMENTO À ATUALIDADE

**5.** Apontamentos sobre as ações coletivas

TERESA ARRUDA ALVIM ..... 97

**6.** Execução na ação civil pública

ARAKEN DE ASSIS..... 111

**7.** Ação civil pública

ARRUDA ALVIM ..... 119

**8.** A concomitância de ações coletivas, entre si, e em face das ações individuais

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO ..... 139

**9.** Da *class action for damages* à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade

ADA PELLEGRINI GRINOVER ..... 171

**10.** Políticas públicas e a legitimidade para defesa de interesses difusos e coletivos

CARLOS ALBERTO DE SALLES ..... 187

**11.** Considerações sobre a liquidação de sentença coletiva na proposta de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América

LUIZ RODRIGUES WAMBIER ..... 199

**12.** A proteção coletiva dos direitos no Brasil e alguns aspectos da *class action* norte-americana

LUÍS ROBERTO BARROSO ..... 209

**13.** Relação entre demanda coletiva e demandas individuais

KAZUO WATANABE ..... 231

14. <i>Class actions</i> : algumas premissas para comparação	
CARLOS ALBERTO DE SALLES .....	239
15. Anotações sobre o mandado de segurança coletivo, nos termos da Lei 12.016/2009	
ATHOS GUSMÃO CARNEIRO .....	257

## II PARTE

### Trabalhos publicados a partir de 2010 ou preparados para este volume

1. O novo processo do consumidor	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	289
2. A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico. Apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor	
ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN .....	303
3. A ação popular portuguesa: uma análise comparativa	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	369
4. Coisa julgada <i>erga omnes</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum probationem</i>	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	383
5. Direito processual coletivo	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	395
6. A ação civil pública refém do autoritarismo	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	403

## 16 PROCESSO COLETIVO: DO SURGIMENTO À ATUALIDADE

7. Parecer – Ações civis públicas. Defesa de direitos individuais homogêneos. Diversidade de demandas pelo polo passivo. Possibilidade	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	415
8. Eficácia e autoridade da sentença: a teoria de Liebman no Código de Defesa do Consumidor e no Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	435
9. Inquérito civil: contraditório e “prova inequívoca” para fins de antecipação de tutela	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	447
10. Legitimação da Defensoria Pública à ação civil pública	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	457
11. Novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada nas ações coletivas	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	475
12. O Controle difuso da constitucionalidade e a coisa julgada <i>erga omnes</i> das ações coletivas	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	487
13. <i>Amicus curiae</i> e o processo coletivo – Uma proposta democrática	
EDUARDO CAMBI E KLEBER RICARDO DAMASCENO .....	493
14. A legitimidade da Defensoria Pública para a ação civil pública ambiental e a condição de pessoa necessitada em termos (socio)ambientais: uma questão de acesso à Justiça (socio)ambiental	
TIAGO FENSTERSEIFER .....	521

15. O REsp 1.110.549 à luz do devido processo legal: o acesso à Justiça individual frente às ações coletivas	
FELIPE SILVA NOYA .....	561
16. A ação coletiva passiva	
JÚLIO CÉSAR ROSSI .....	593
17. Direitos fundamentais e processo: o direito à proteção e promoção da saúde entre tutela individual e transindividual	
INGO WOLFGANG SARLET .....	613
18. Anotações sobre o inquérito civil e o projeto da nova Lei da Ação Civil Pública (PL 5.139/2009)	
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, JUSSARA SUZI ASSIS BORGES NASSER FERREIRA e MIRIAM FECCHIO CHUEIRI .....	635
19. Modelo europeu de tutela coletiva no processo civil: comparação entre a experiência alemã e italiana	
REMO CAPONI .....	649
20. Transacción y mediación en los procesos colectivos (requisitos, alcances de la cosa juzgada e impugnación de acuerdos homologados en acciones de clase)	
LEANDRO J. GIANNINI .....	677
21. A representação adequada no direito processual civil coletivo brasileiro e o controle judicial em cada caso concreto: uma abordagem <i>de lege lata</i>	
EDUARDO CÂNDIA .....	719

22. Aspectos polêmicos do mandado de segurança coletivo: evolução ou retrocesso?	
ANDRE VASCONCELOS ROQUE e FRANCISCO CARLOS DUARTE .....	749
23. Acesso à justiça e ações pseudoindividuais: (i)legitimidade ativa do indivíduo nas ações coletivas	
BRUNO GOMES BORGES DA FONSECA e CARLOS HENRIQUE BEZERRA LEITE .....	777
24. Da legitimidade ativa <i>ope legis</i> da defensoria pública para o mandado de segurança coletivo – Uma análise a partir do microsistema de direito processual coletivo brasileiro e o diálogo das fontes	
CAMILO ZUFELATO .....	793
25. Legitimidade do Ministério Público para impetrar mandado de segurança coletivo	
EDUARDO CAMBI E ADRIANE HAAS .....	811
26. O STJ, os limites territoriais da coisa julgada na ação civil pública e o foro competente para o ajuizamento das respectivas ações indenizatórias individuais: o restabelecimento do que nunca poderia ter sido alterado, ou ainda, juízes vs. legislador	
CAMILO ZUFELATO .....	833
27. Acciones colectivas en Peru	
ANTONIO GIDI .....	861
28. Legitimidade e a representatividade adequada nas ações coletivas: um estudo comparado entre a legislação brasileira e a experiência norte-americana	
DIEGO SANTIAGO Y CALDO .....	871
29. Ação coletiva passiva: conceito, características e classificação	
THIAGO OLIVEIRA TOZZI .....	885
30. A representatividade adequada na tutela de direitos individuais homogêneos	
EDUARDO DE AVELAR LAMY e SOFIA ORBERG TEMER .....	911



31. A legitimidade da Defensoria Pública à ação civil pública. STJ, REsp 1.264.116 – RS, 2. <sup>a</sup> T., j. 18.10.2011, rel. Min. Herman Benjamin, v.u., DJe 13.04.2012	
MIN. ANTONIO HERMAN BENJAMIN .....	931
32. Prescrição nas ações homogeneizantes ou relativas a direitos individuais homogêneos: comentário ao acórdão do REsp 1.070.896	
JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER .....	941
33. Notas sobre a coisa julgada nas ações coletivas	
ROBERTO DE ARAGÃO RIBEIRO RODRIGUES .....	957
34. Controle da representatividade adequada em processos coletivos no Brasil	
EDUARDO SCARPARO .....	989
35. A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas	
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES .....	1007
36. Consumer class actions in Argentina and Brazil – Comparative analysis and enforcement of foreign judgments	
FRANCISCO VERBIC .....	1025
37. Análise acerca da legitimidade ativa da Defensoria Pública em ações civis públicas ambientais	
MAURICIO GUETTA .....	1069
38. A doutrina da legitimação dos órgãos do Estado para tutela coletiva	
HERMES ZANETI JR. e CLAUDIO FERREIRA FERRAZ .....	1087
39. O caso julgado colectivo na acção popular portuguesa	
MARCELO ZENKNER .....	1111
40. A Lei das Ações de classe de Israel	
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES e GUSTAVO OSNA .....	1143

41. A tutela coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: questões processuais	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	1161
42. XXIII Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual – Buenos Aires, 6-9 de junho de 2012 “Os processos coletivos e as <i>class actions</i> na perspectiva do <i>Civil Law</i> ”	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	1187
43. A eficácia territorial da sentença no processo coletivo	
FERNANDO DAL BÓ MARTINS .....	1205
44. A legitimidade ativa do indivíduo nas ações coletivas	
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES e LARISSA CLARE POCHMANN DA SILVA ....	1243
45. Possibilidade de cumulação de pedidos de obrigação de fazer e não fazer e de pagar na ação civil pública ambiental – Uma importante decisão do STJ	
FLÁVIA VIGATTI COELHO DE ALMEIDA .....	1255
46. Sistema coletivo: porque não há substituição processual nas ações coletivas	
LUIZ MANOEL GOMES JR. e MIRIAM FECCHIO CHUEIRI .....	1271
47. Os institutos fundamentais do processo coletivo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: um patrimônio hermenêutico em formação	
ADA PELLEGRINI GRINOVER e JOÃO FERREIRA BRAGA .....	1281
48. ¿Debemos reformar la justicia civil? Los procesos colectivos como una pieza clave de una reforma imprescindible	
EDUARDO OTEIZA.....	1359

49. Tutela colectiva de derechos en Argentina. Evolución histórica, legitimación activa, ámbito de aplicación y tres cuestiones prácticas fundamentales para su efectiva vigencia	
FRANCISCO VERBIC .....	1369
50. L'azione di classe nel dialogo fra legislatore e giurisprudenza	
ANDREA GIUSSANI .....	1399
51. La tutela collettiva nell'ordinamento italiano: lineamenti generali	
MICHELE TARUFFO .....	1415
52. O Projeto de novo CPC e sua influência no minissistema de processos coletivos: a coletivização dos processos individuais	
ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	1431